

AVALIAÇÃO DE METAS FISCAIS

1º quadrimestre de 2026

Lei Complementar 101, art. 9º, § 4º

Relatório de Gestão Fiscal (1º quadrimestre)

Relatório Resumido de Execução Orçamentária (2º bimestre)

Renata Lacerda Noleto

Secretária da Economia

Secretaria de Estado da Economia de Goiás

Monitoramento dos principais indicadores

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

708,7 Mi

3º bim: **420 Mi**

RESULTADO PRIMÁRIO

-155,7 Mi

3º bim: **-750 Mi**

RESULTADO NOMINAL

185,4 Mi

3º bim: **-690 Mi**

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

46,18 bi

3º bim: **46,20 bi**

DÍVIDA CONSOLIDADA

28,51 bi

DTP/RCL - EXECUTIVO

40,28%

CUMPRIMENTO DE LIMITES CONSTITUCIONAIS

Vinculação Saúde:



15,89%

3º bim: **15,32%**

Mínimo anual:
12 %

Vinculação Educação:



22,98%

3º bim: **24,45%**

Mínimo anual:
25%

RESULTADO DO 2º BIMESTRE DE 2026:

Receita realizada líquida:



Despesa liquidada:



No 2º bimestre de 2026,
a **receita** realizada líquida **superou a**
despesa liquidada em **R\$ 710 milhões**

RESULTADO DO 3º BIMESTRE DE 2026:

Receita realizada líquida:



Despesa liquidada:



Superávit orçamentário de
R\$ 420 milhões no 3º bimestre de 2026,
assegurando a **responsabilidade** e a
sustentabilidade fiscal de **Goiás**.

Receita bruta total realizada

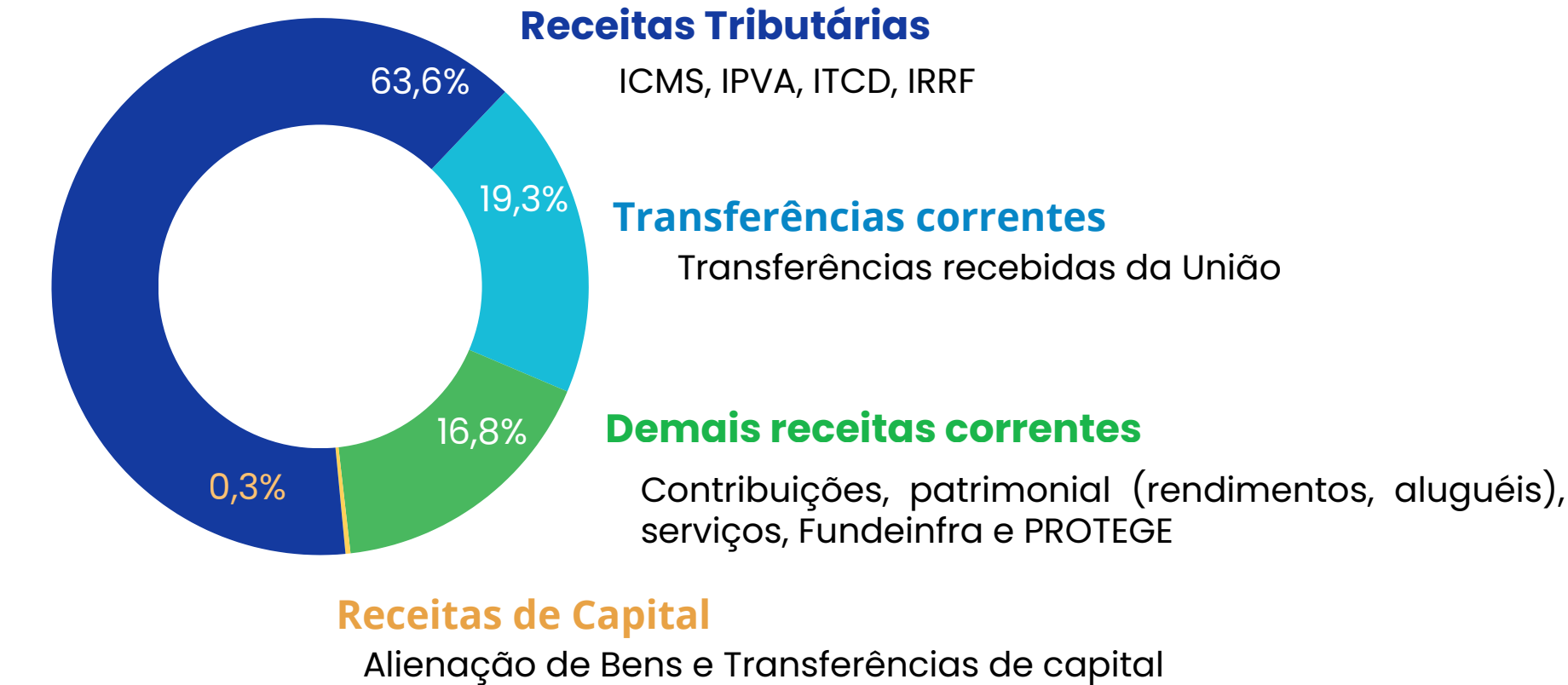
A **Receita total bruta** atingiu

R\$ 22,89 bilhões

Após repasses e deduções,
a **Receita total líquida** foi de

R\$ 16,33 bilhões

COMPOSIÇÃO DA RECEITA BRUTA:



DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA BRUTA:

quase

R\$ 7 bilhões

em repasses e deduções

equivalente a 28% da receita bruta



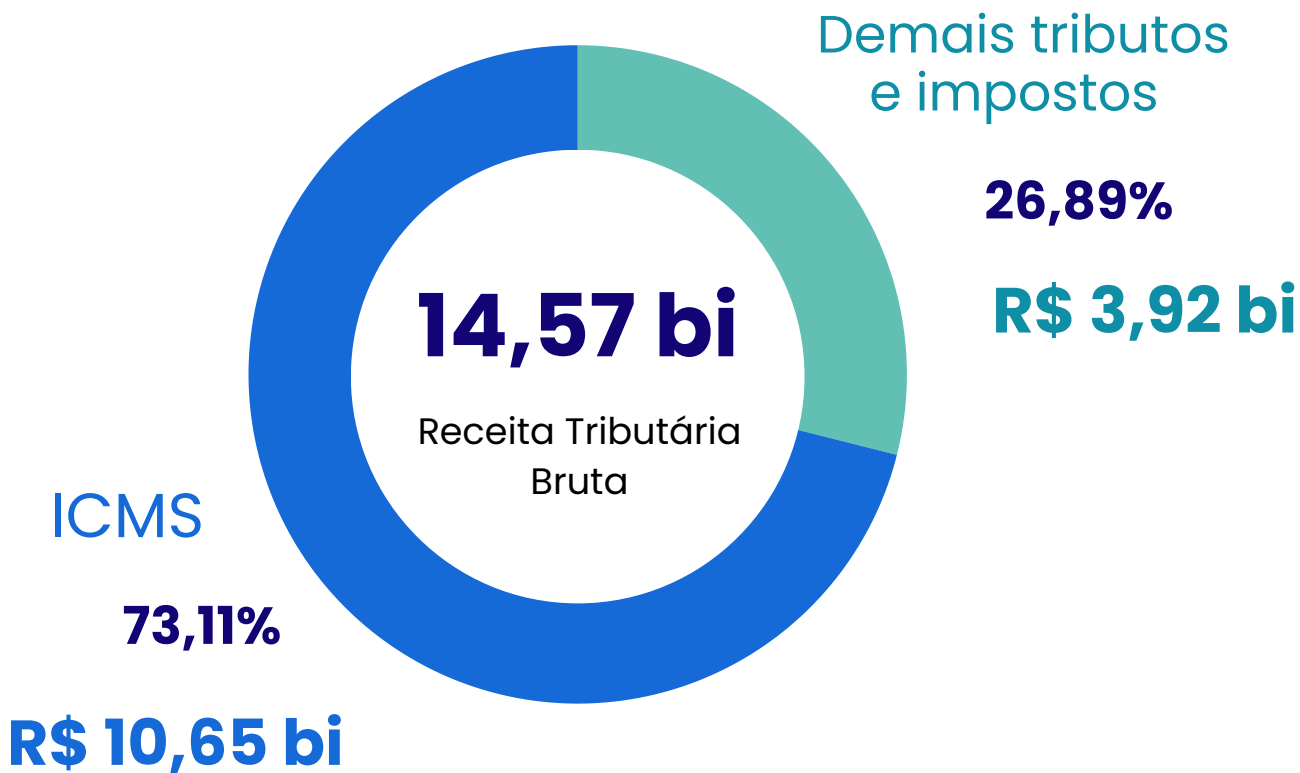
Composição da receita tributária total



Bruta: **R\$ 14,57 bilhões**

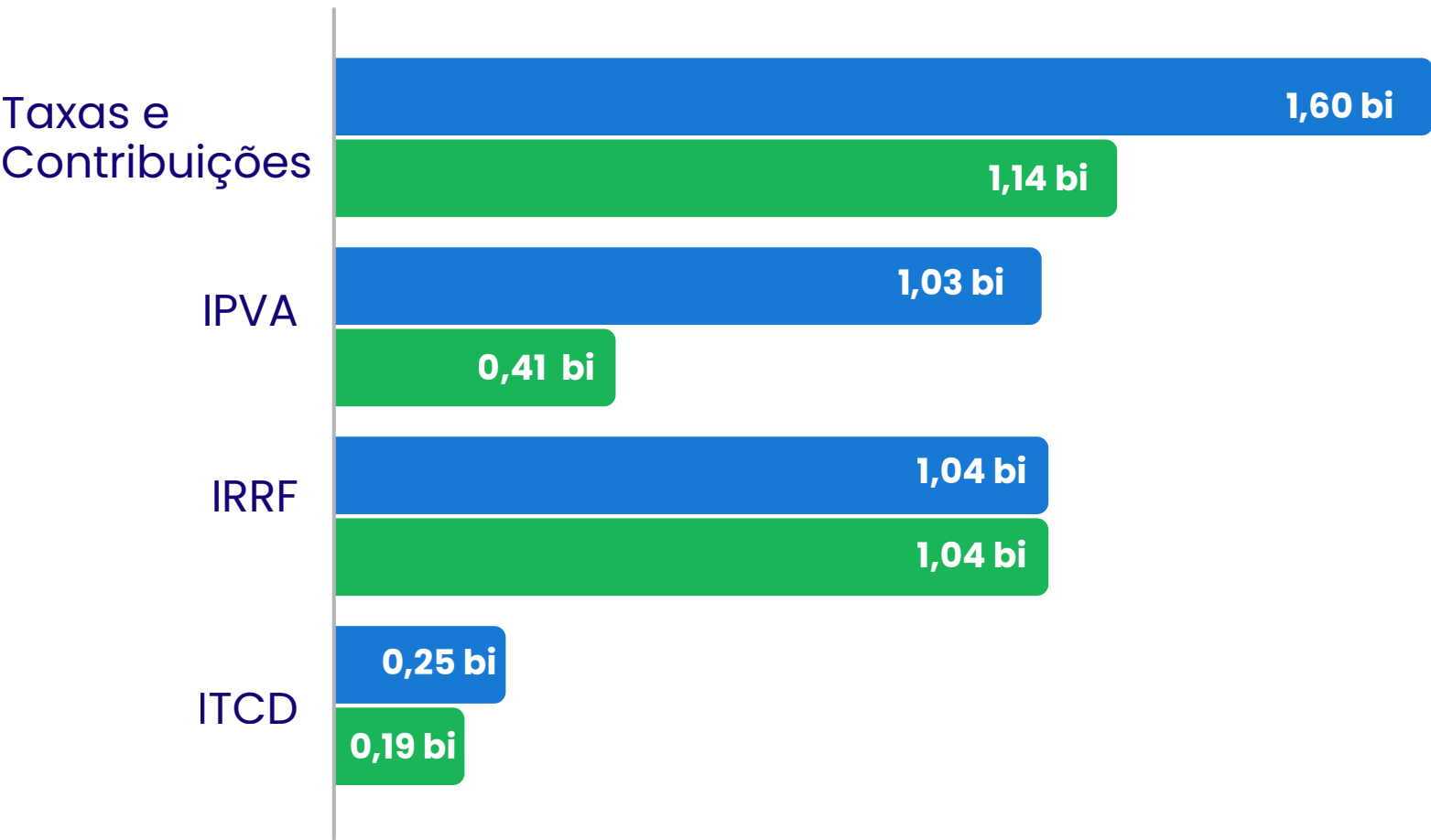
Líquida: **R\$ 9,19 bilhões**

COMPOSIÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA BRUTA



DEMAIS TRIBUTOS e IMPOSTOS (valores em bilhões – R\$)

■ Receita Bruta ■ Receita Líquida



○ **ICMS representa o pilar central da arrecadação**, demonstrando o vigor econômico e a eficiência fiscal estadual.

Receita Corrente Líquida (RCL)

A RCL alcançou **R\$ 46,18 bilhões** acumulados nos últimos 12 meses com variação positiva.

Receitas extras dos anos de maior variação (%):

2022

R\$ 1,83 bilhão:

- Alienação da CELG-T
- Bônus de cessão onerosa do Pré-Sal
- Acordos da EC 123

2023

R\$ 1,97 bilhão:

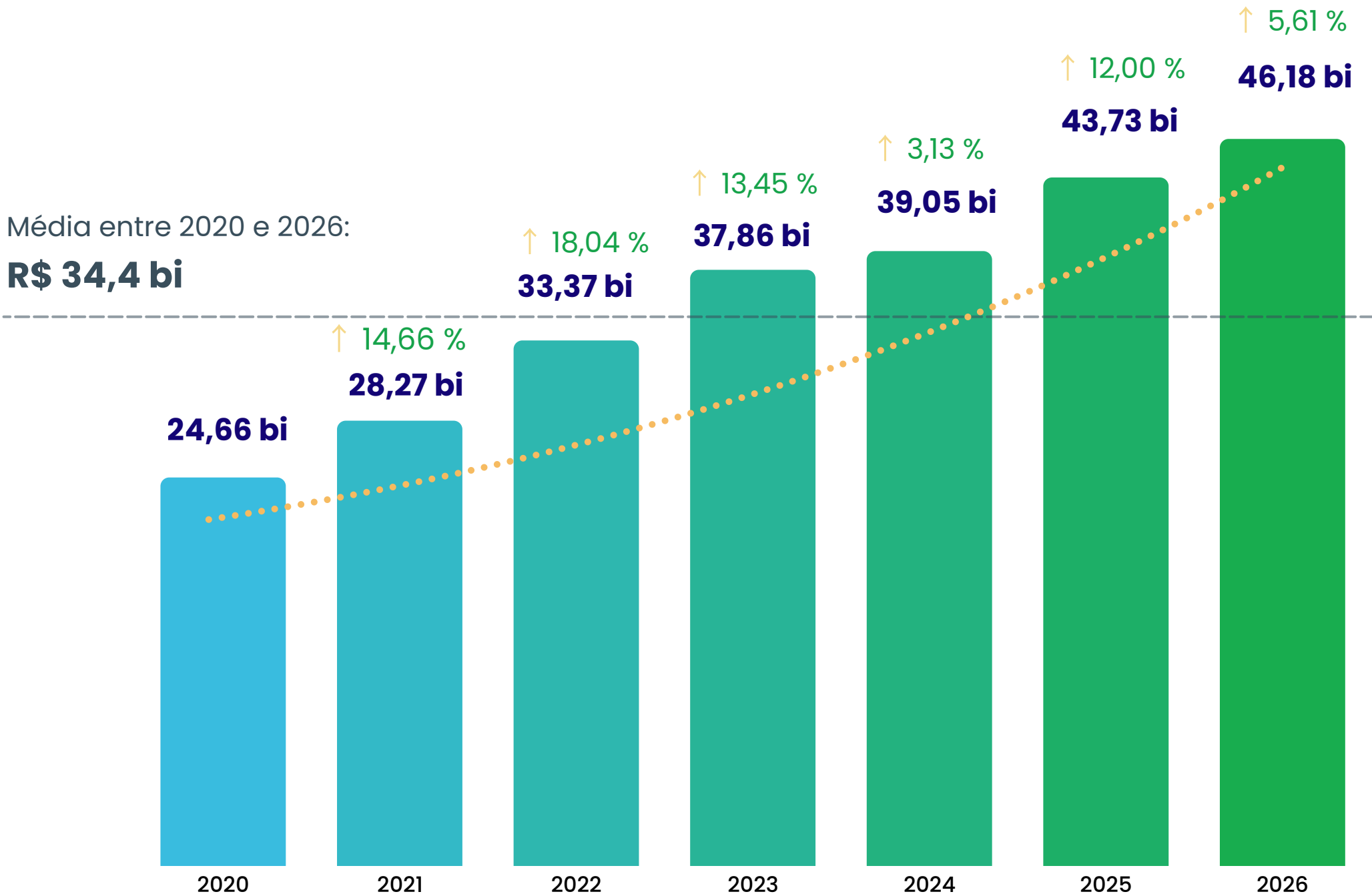
- LC 201/2023 (R\$ 1,0 bi a título de compensação federal)
- Fundeinfra (R\$ 0,97 bi)

2025

R\$ 2,17 bilhões:

- Fundeinfra (R\$ 902 mi), PROTEGE (R\$ 366 mi)
- Compensação LC 201 (R\$ 348 mi)
- Venda da Folha (R\$ 335 mi) e FCVS (R\$ 221 mi)

Evolução da RCL (valores em bi – R\$)



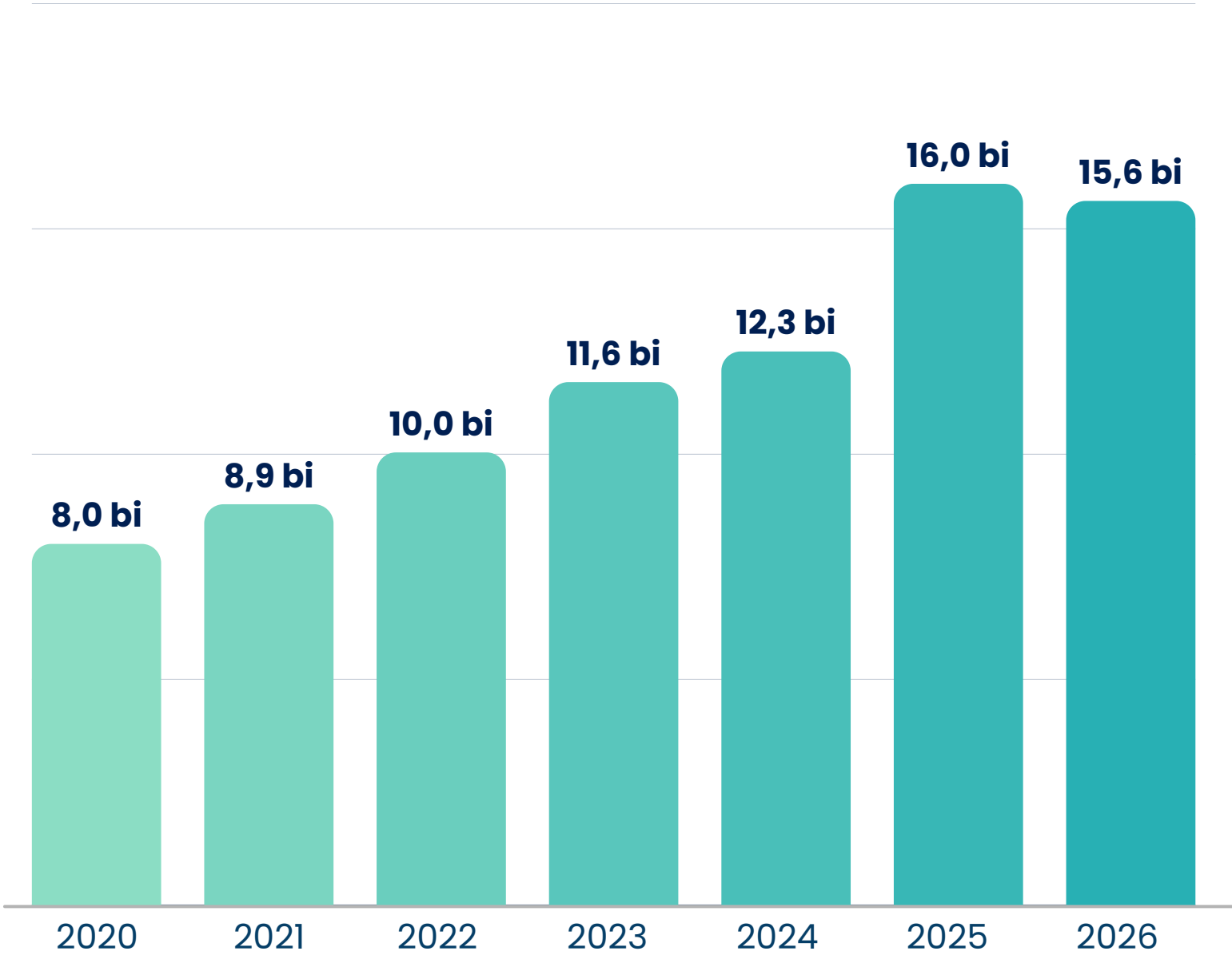
Principais despesas e comparativo de liquidação

PRINCIPAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

FUNÇÃO	VALOR (R\$)	SUBFUNÇÃO
 Previdência Social	3,26 bi	Garantia de direitos
 Educação	2,72 bi	Injeção direta na rede de ensino
 Saúde	2,16 bi	Custeio e expansão hospitalar
 Segurança Pública	1,68 bi	Proteção e valorização policial
 Dívidas do Estado	1,02 bi	—
 Assistência e Habitação	0,40 bi	Amparo a vulneráveis
 Transporte e Infraestrutura	0,29 bi	Melhoria da malha

DESPESAS LIQUIDADAS NO 2º BIMESTRE

(comparativo por exercício)

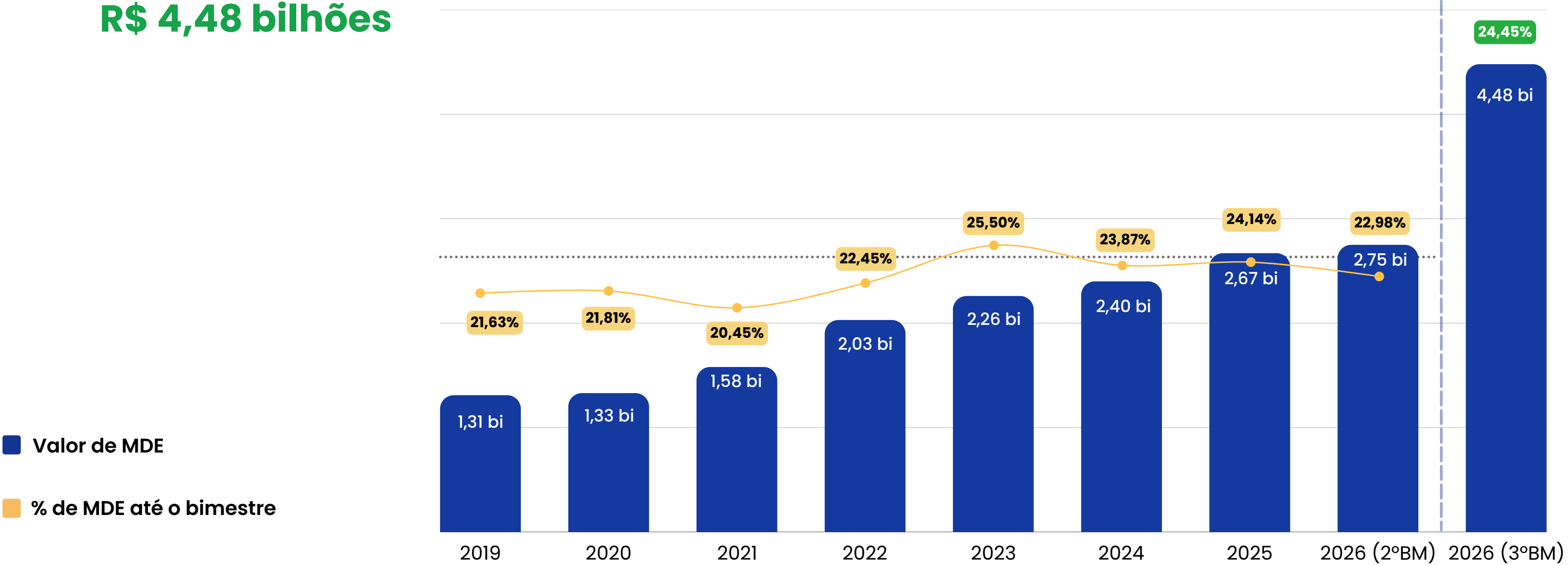


Limite de aplicação em educação (2º e 3º bimestre)

No 2º bimestre, a aplicação em **educação** **superou o valor do exercício anterior**, para o mesmo período, atingindo **R\$ 2,75 bi**

Mínimo anual exigido: 25%

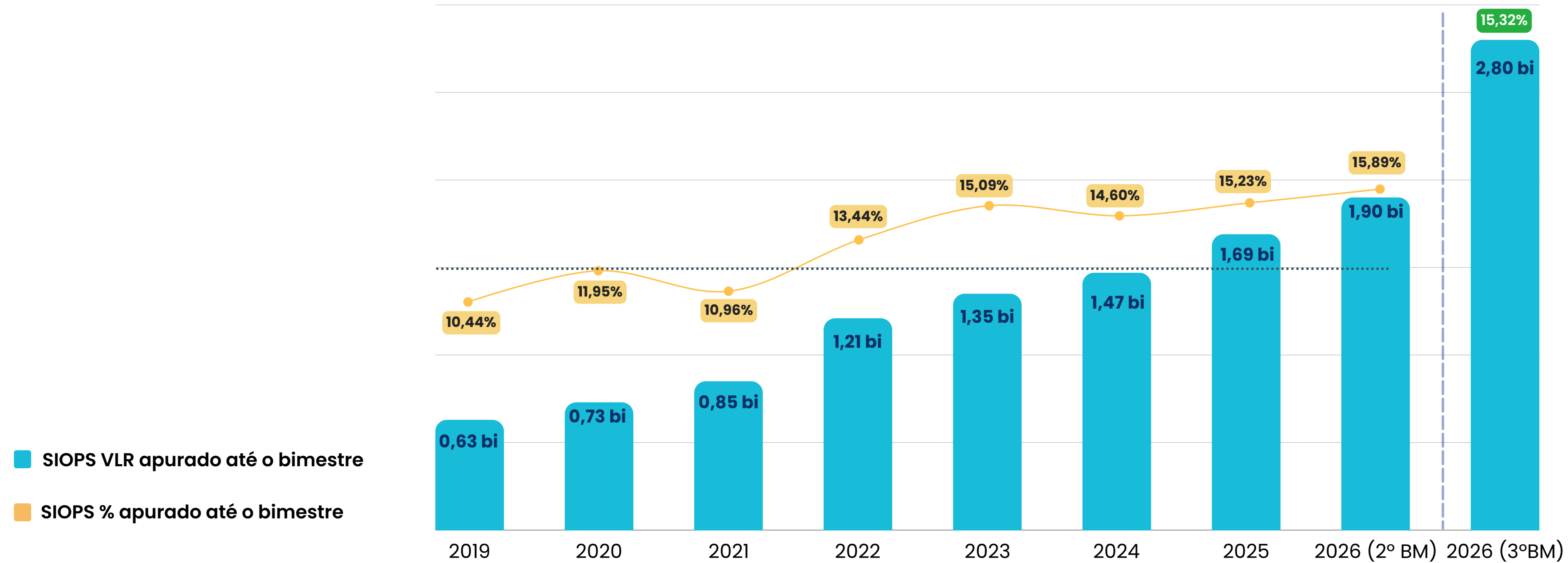
No 3º bimestre, o valor atingiu **R\$ 4,48 bilhões**



Limite de aplicação em saúde (2º e 3º bimestre)

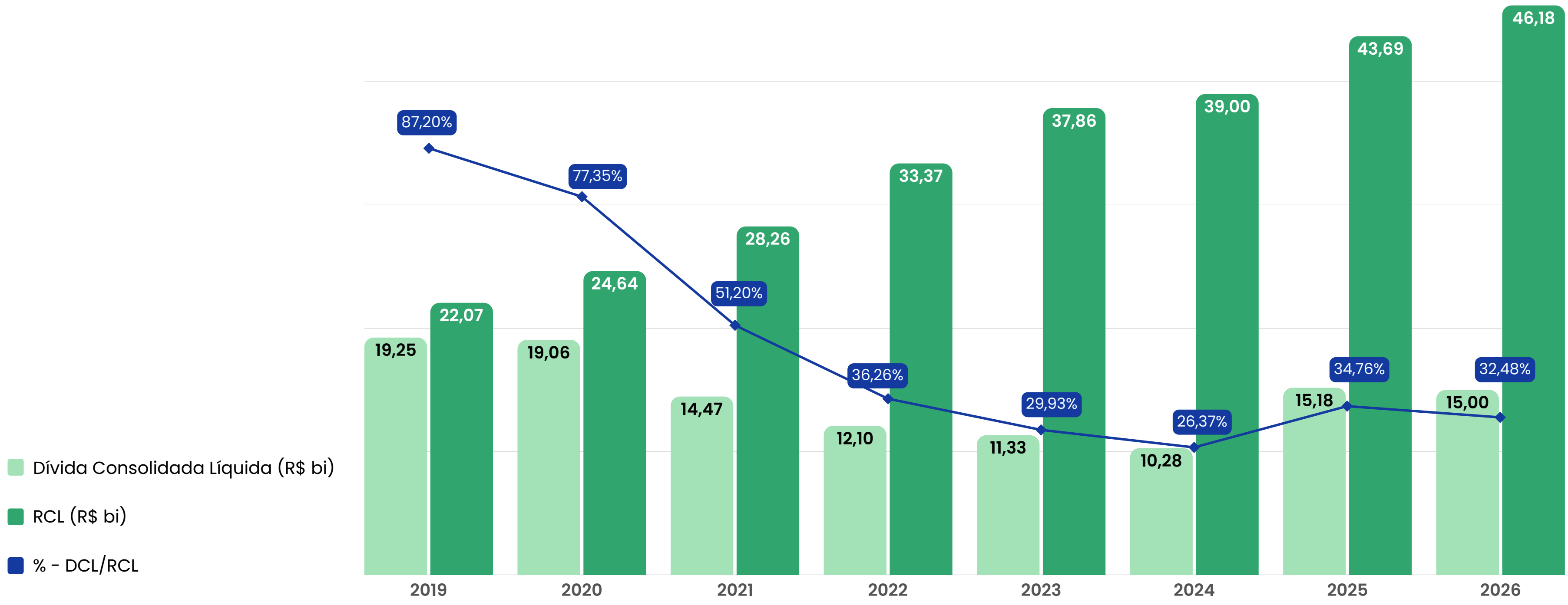
A aplicação em **saúde** até o 3º bimestre de 2026 manteve-se crescente e **acima do mínimo constitucional**, totalizando **15,32%**

Mínimo anual exigido: 12%



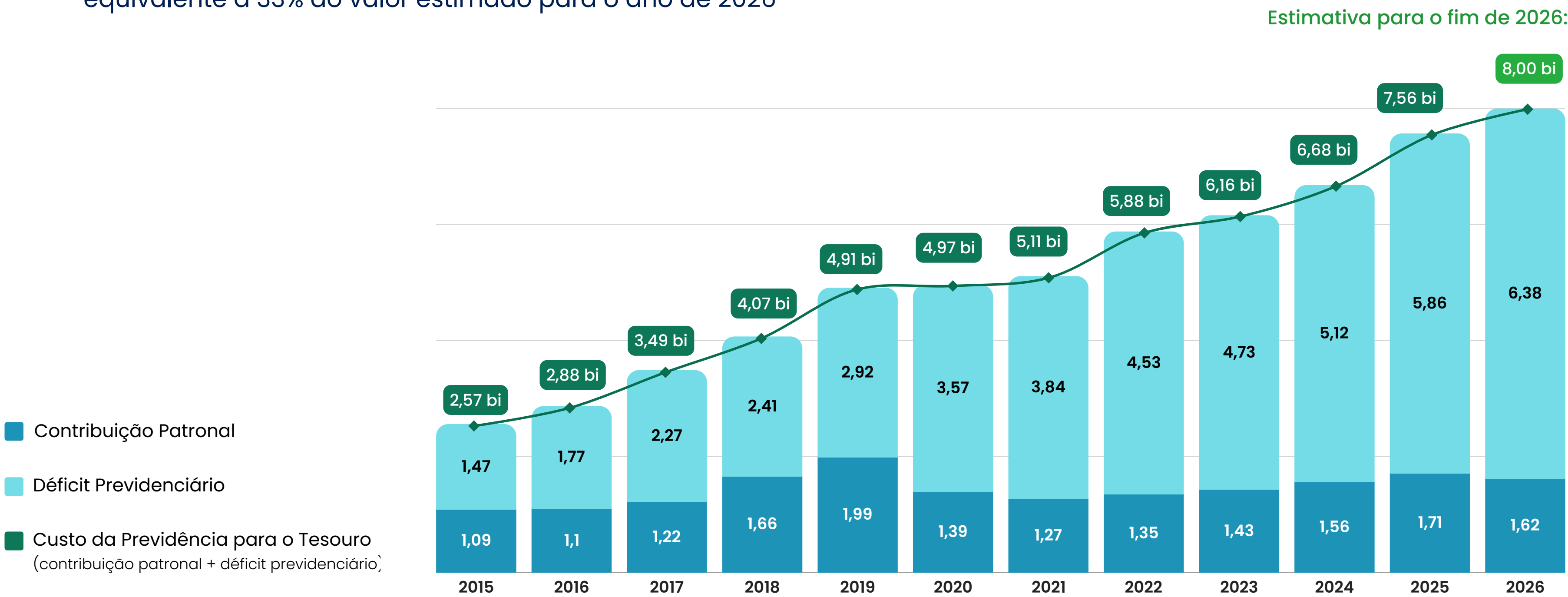
Dívida Consolidada em relação à RCL

Em 2026, a **relação entre a dívida consolidada líquida e RCL** atingiu **32,48%**,
mantendo-se significativamente **abaixo do limite legal de 200%**



Custo da previdência

De janeiro a abril de 2026, o **custo da previdência**
para o Tesouro alcançou **R\$ 2,67 bilhões**,
equivalente a 33% do valor estimado para o ano de 2026

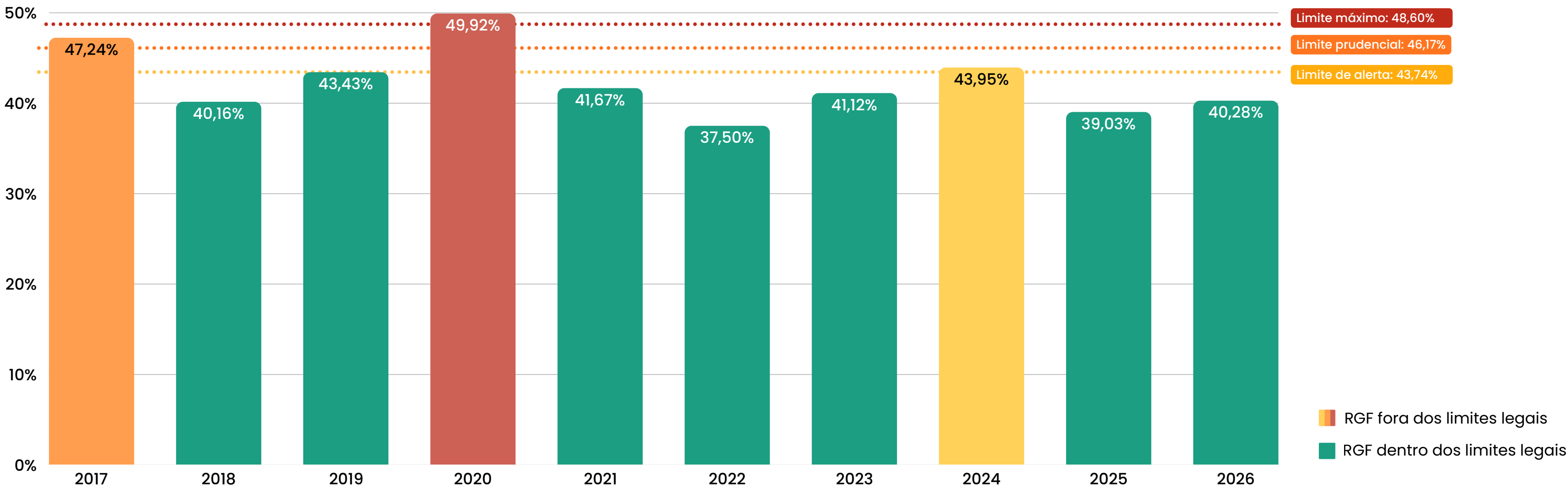


Despesa de pessoal do poder executivo até o 2º bimestre

Até o 2º bimestre de 2026,

Goiás se mantém **dentro dos limites legais estabelecidos** para Despesa Total com Pessoal (DTP).

EVOLUÇÃO DA DTP (%) DO PODER EXECUTIVO ATÉ O 2º BIMESTRE DOS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS E COMPARATIVO COM LIMITES LEGAIS:

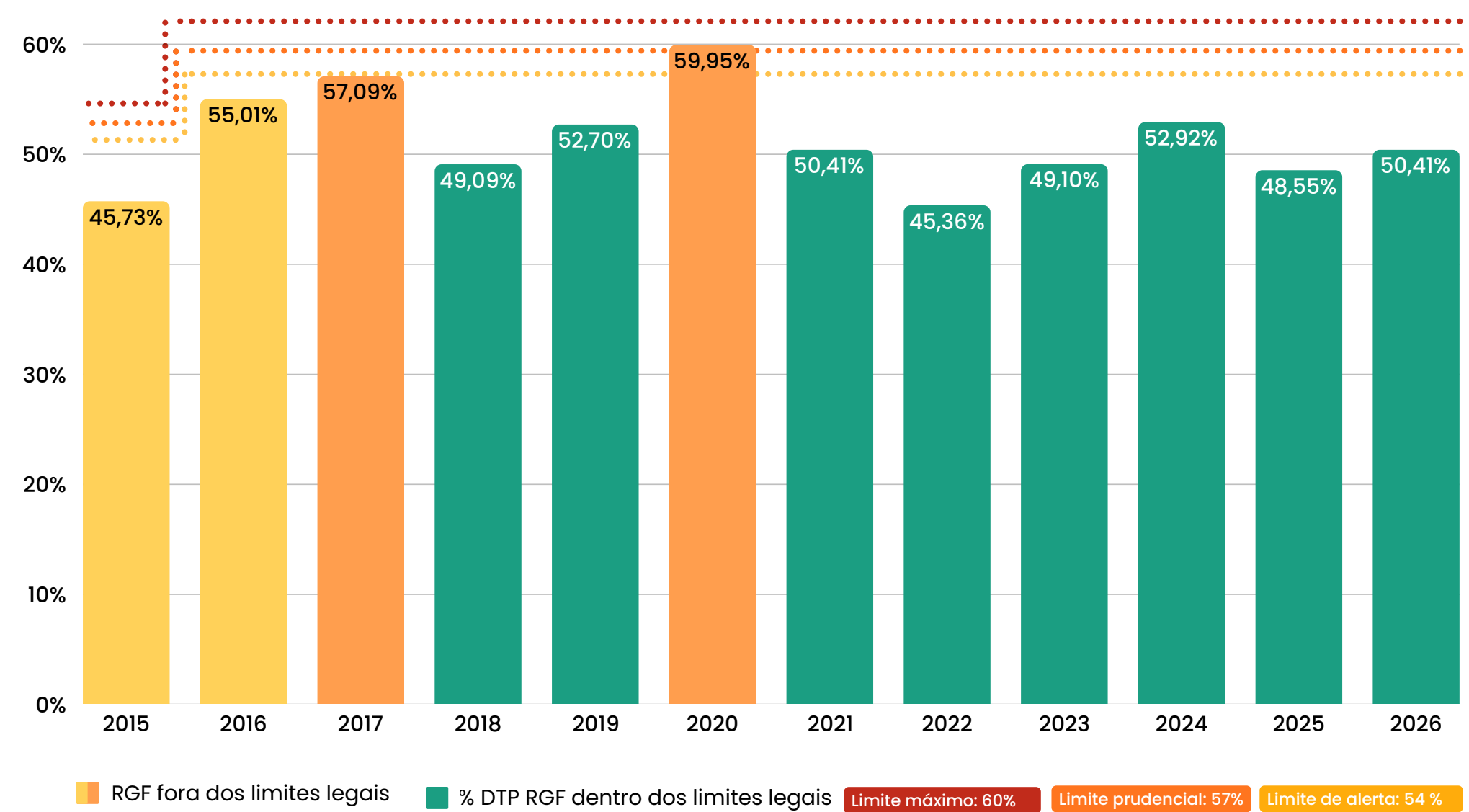


Despesa de pessoal – Consolidado

Referente ao **valor consolidado** da **DTP** até o 1º quadrimestre de 2026,

Goiás continua atendendo os limites legais estabelecidos.

EVOLUÇÃO DA DTP (%) EM RELAÇÃO À RCL E COMPARATIVO COM LIMITES LEGAIS:



RESUMO DA DTP POR PODER (ATÉ 1º QUADRIMESTRE DE 2026)

Poder	Instituição	Valor (R\$ Bi)	% DTP
Executivo	Governo do Estado de Goiás	R\$ 18,60 bi	40,28%
Judiciário	Tribunal de Justiça de Goiás	R\$ 2,57 bi	5,57%
Legislativo	Assembleia Legislativa	R\$ 0,61 bi	1,32%
Legislativo	Tribunal de Contas do Estado (TCE)	R\$ 0,44 bi	0,95%
Legislativo	Tribunal de Contas Municípios (TCM)	R\$ 0,21 bi	0,45%
Min. Público	Ministério Público de Goiás	R\$ 0,85 bi	1,84%
Total		R\$ 23,27 bi	50,41%

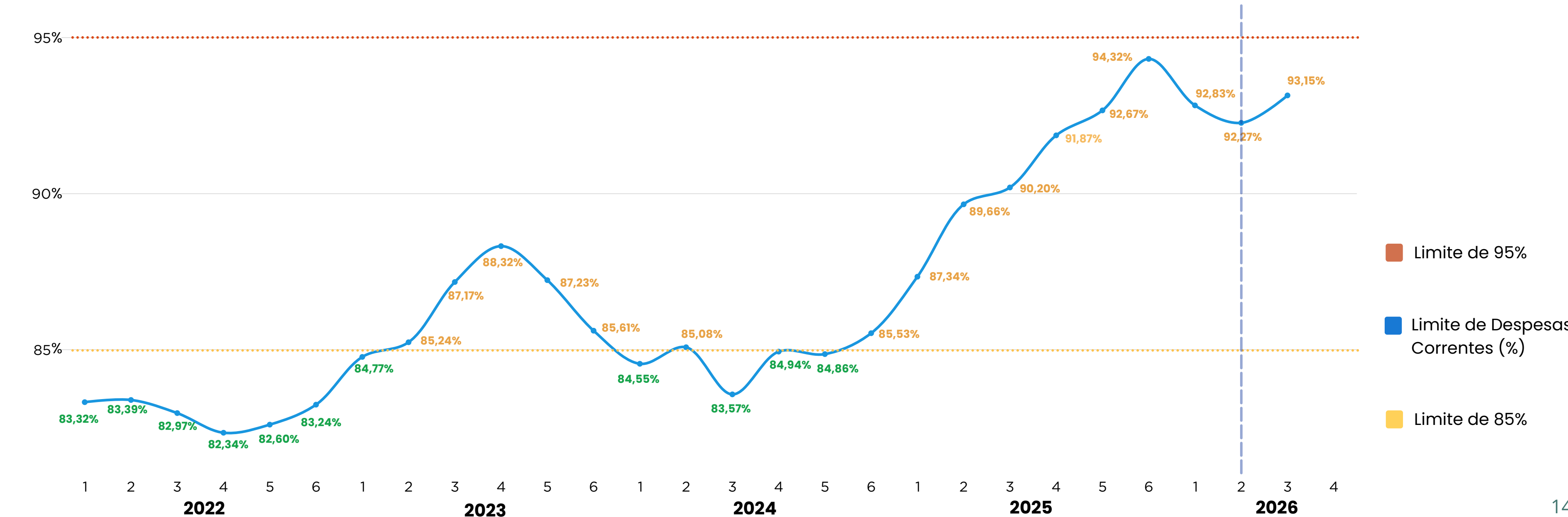
Limite da poupança corrente

Art. 167 – A da Constituição Federal

Máximo permitido: 95%

Em 2026, Goiás segue **dentro do limite permitido** com **93,15%**

Limite das despesas correntes Art. 167 – A da CF (Emenda Constituiconal Federal nº 109/2021)



Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás (PROTEGE)

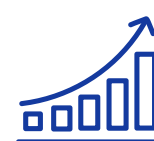
Composição dos recursos e destinação – Janeiro a junho de 2026:

ENTRADAS



Saldo inicial (2026)
R\$ 1,23 bi

+



Receita líquida
R\$ 0,82 bi

TOTAL DE RECURSOS

R\$ 2,05 bi

Total de recursos

DESTINAÇÃO



Desembolso
(ações sociais)

R\$ 1,28 bi



Restos a pagar

R\$ 0,14 bi



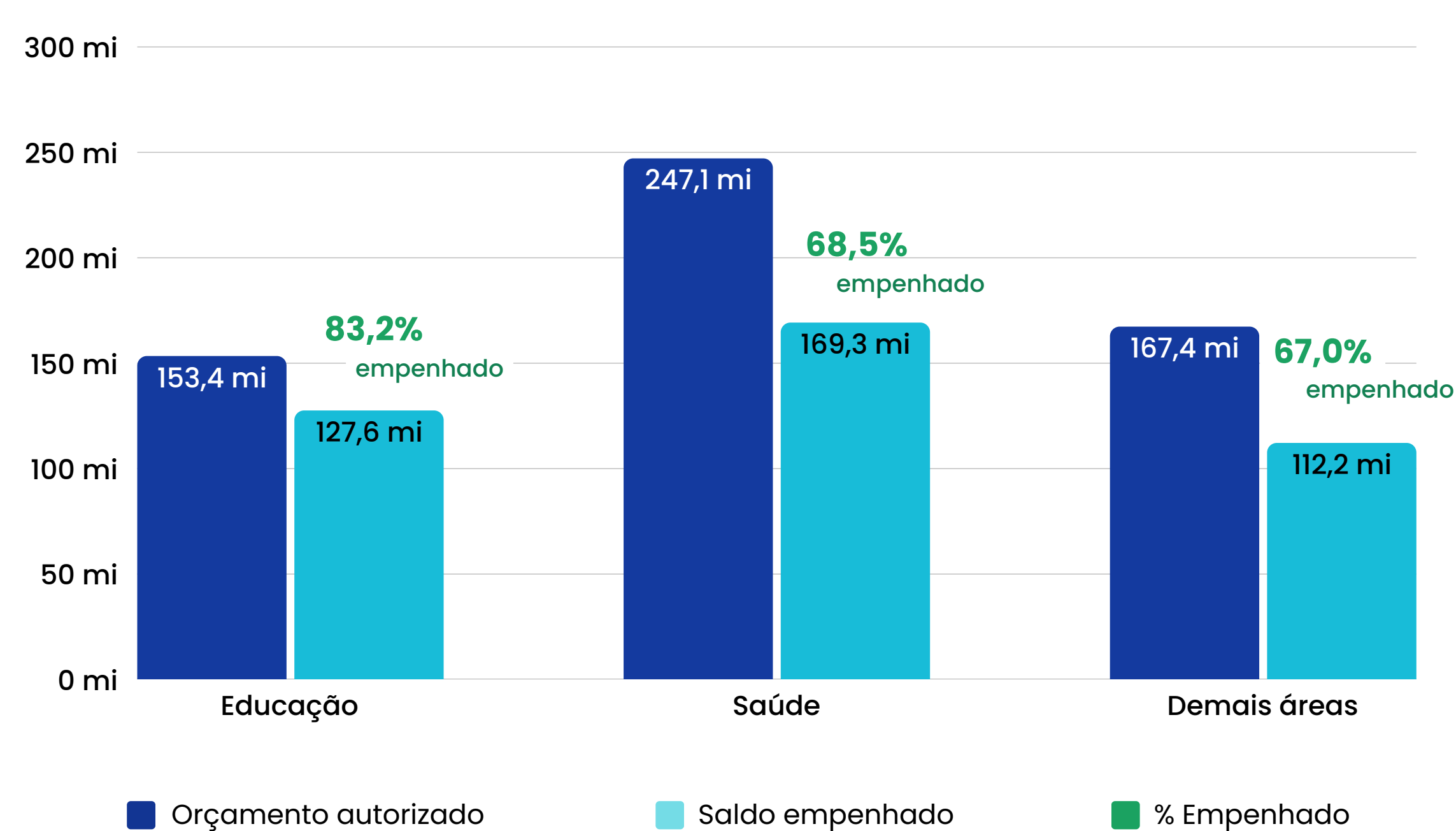
Disponibilidade
de caixa final (livre)

R\$ 0,63 bi

Emendas parlamentares impositivas

ORÇAMENTO E EMPENHO DAS EMENDAS PARLAMENTARES IMPOSITIVAS

(R\$ milhões)

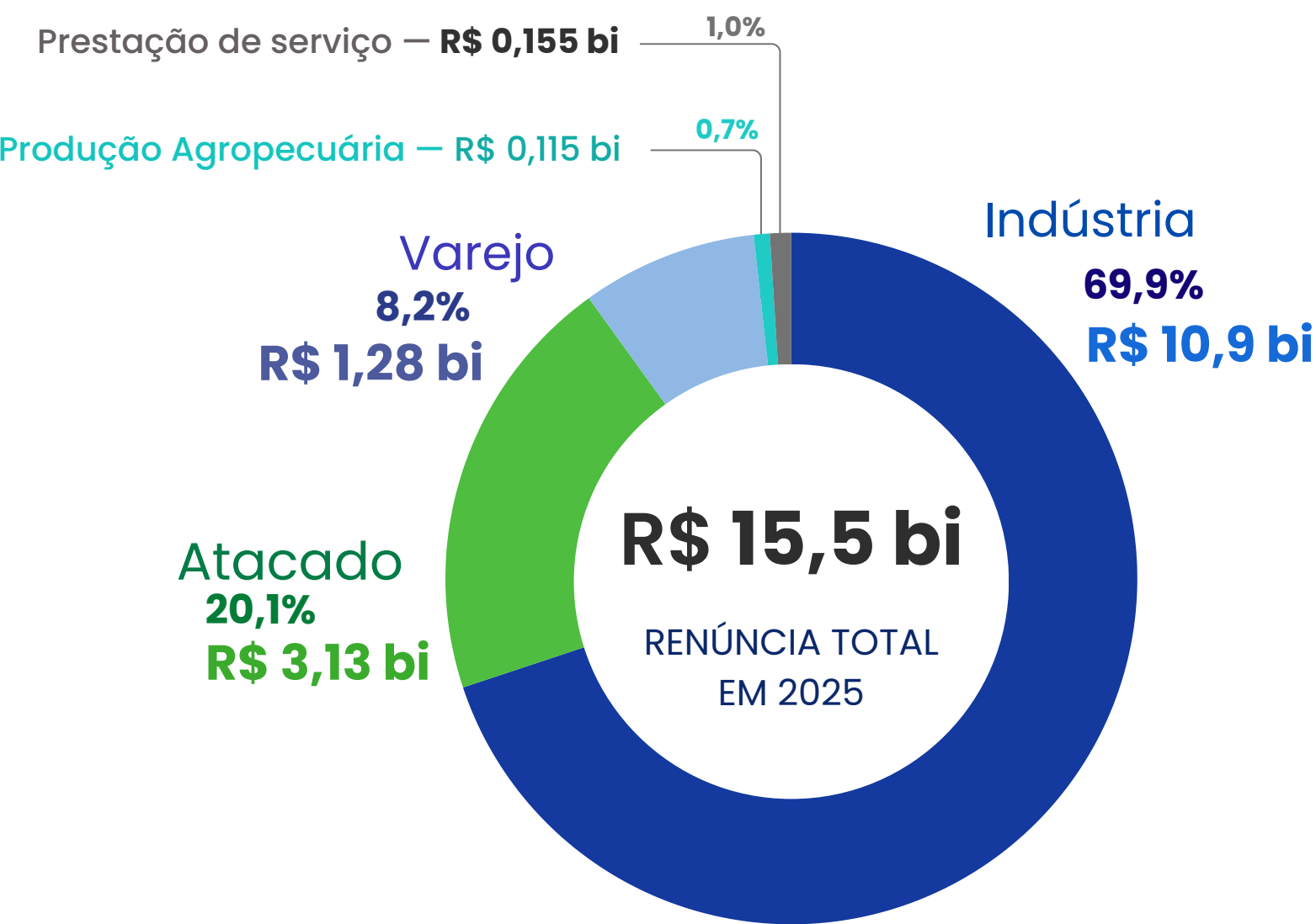


Orçamento autorizado de
R\$ 567 milhões

Mais de
R\$ 409 milhões (72%)
empenhados

Histórico de receita x renúncia de ICMS

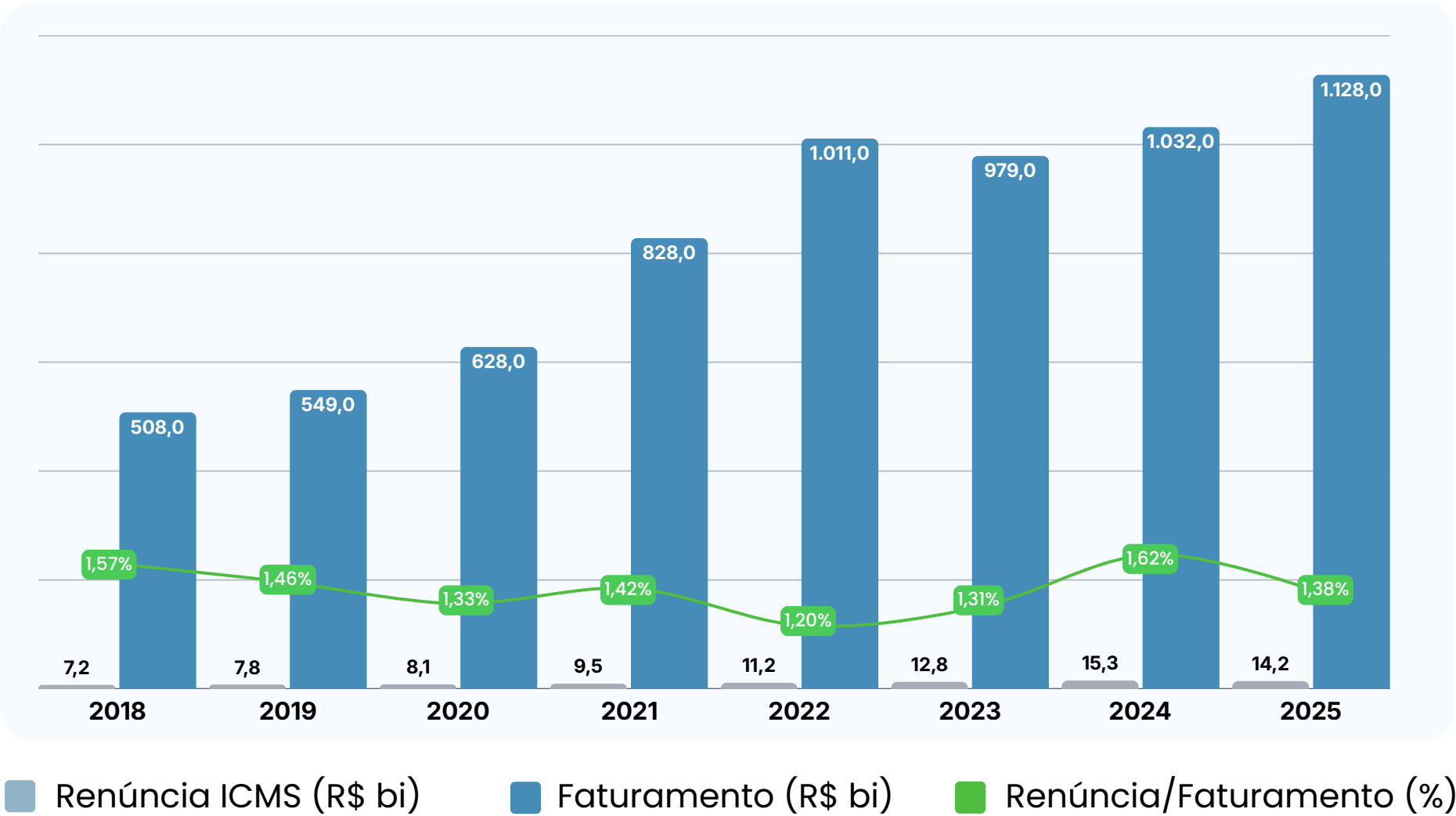
RENÚNCIA DE RECEITA DO ICMS POR SETOR (2025)



Indústria e atacado concentraram 90% da renúncia de ICMS de 2025

RENÚNCIA DE ICMS X FATURAMENTO DAS EMPRESAS (2018 A 2025)

A renúncia fiscal em Goiás, desde 2018, tem se mantido em torno de 1,4% do faturamento das empresas



**Secretaria de
Estado da
Economia**

